



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

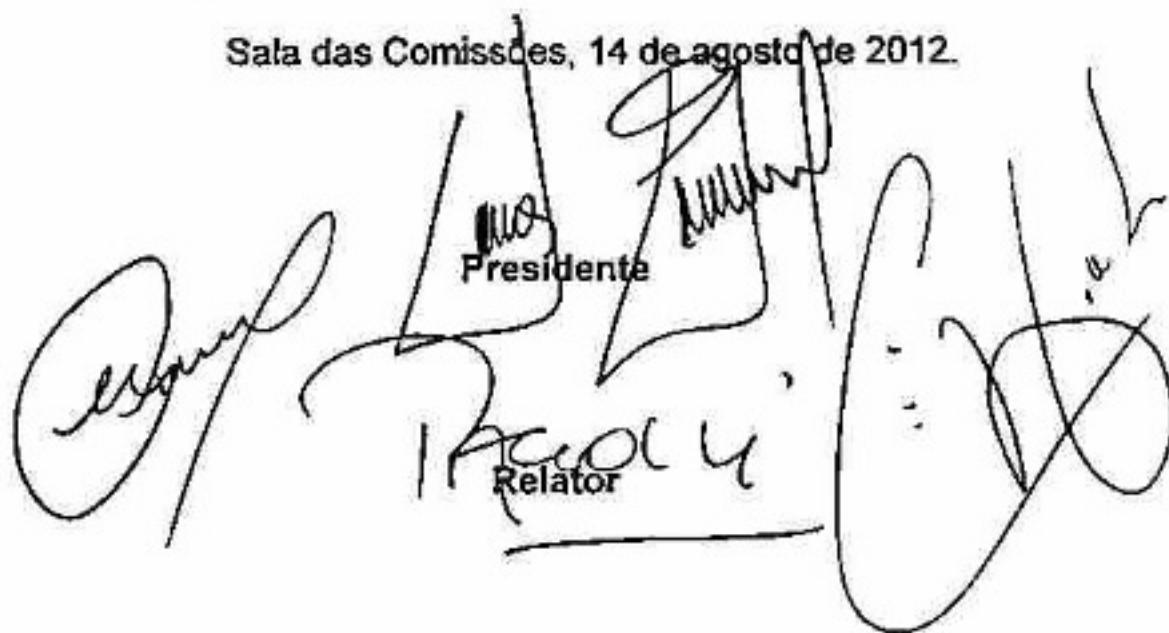
Redação Final ao Projeto de Lei nº 115/12

Denomina Rodovia *Francisco Cavalli Costa* a Rodovia Estadual PR-239, o trecho que liga o Município de Pitanga e o Município de Mato Rico ao Município de Roncador (Via Barra Bonita).

Art. 1º Fica denominada Rodovia *Francisco Cavalli Costa* a Rodovia Estadual PR-239, no trecho que liga o Município de Pitanga e o Município de Mato Rico ao Município de Roncador (Via Barra Bonita).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2012.


Presidente
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 078/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 12 MAR. 2012

Mauro
1º Secretário

EMENTA: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Criança Feliz, com sede no Município de Guaratuba.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Criança Feliz, com sede no Município de Guaratuba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

NEY LEPREVOST
NEY LEPREVOST
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA:

A Associação Criança Feliz, com sede no Município de Guaratuba, é uma entidade civil privada, sem fins lucrativos, fundada em 09 de novembro de 2009.

A Associação, consoante seu Estatuto, tem por objetivo assistir à criança carente, oferecendo as necessárias condições para sua formação integral, desenvolvendo junto aos familiares uma política de interação e valorização social.

Desta forma esperamos contar com o apoio dos nobres pares, para que possamos aprovar a presente proposição, com a documentação pertinente em anexo.

14127 12/03/2012 00:12:56 DP ASSMILEN (6034) MUN DO PRNAP



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Curitiba, 23 de fevereiro de 2012.

DECLARAÇÃO

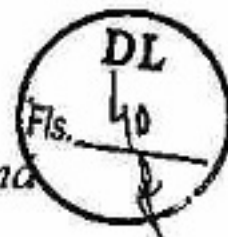
Declaro, para os devidos fins, que tenho pleno conhecimento das atividades, projetos e ações desenvolvidas pela Associação Criança Feliz, bem como, da relevância dessas atividades assistenciais para a população de Guaratuba.

Cordialmente,

Ney Leprevost
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 078/2012

Projeto de Lei nº. 078/2012
Autor: Deputado Estadual Ney Leprevost.

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Criança Feliz, com sede no Município de Guaratuba.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA
FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.**

PREÂMBULO

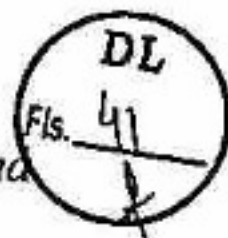
O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *Associação Criança Feliz, com sede no Município de Guaratuba, Estado do Paraná.*

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênero.

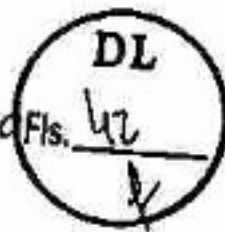
A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a educação, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpra ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

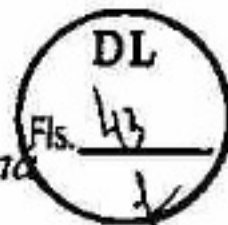
Contudo, o presente projeto não consigna na Sumula e no art. §1º o foro da presente entidade, tomando-se necessária a Emenda Modificativa para correção do foro da Entidade no Município de Guaratuba.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o artigo 2º do projeto de lei ora analisado viola a LEI COMPLEMENTAR 98/95, tendo em vista que tal artigo determina que a Lei "entrará em vigor na data de publicação", sanão vejamos:

Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

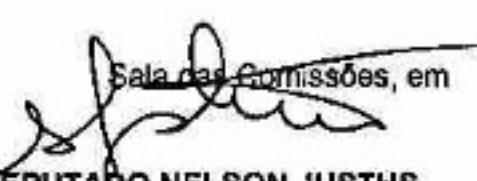


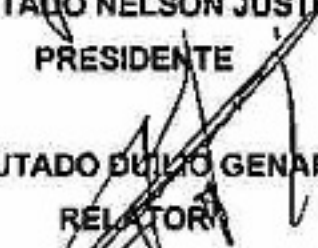
Assim, sugere-se na Emenda Modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar estes vícios supracitados.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA**.

Sala das Comissões, em de de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná Fls. 44
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 078/12


Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

"Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Criança Feliz, com sede e foro no Município de Guaratuba".

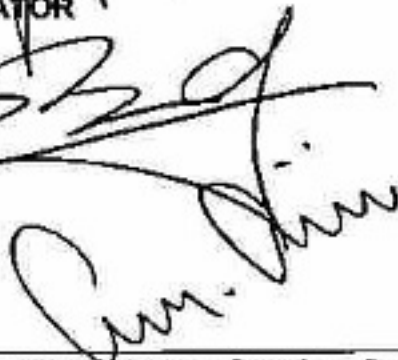
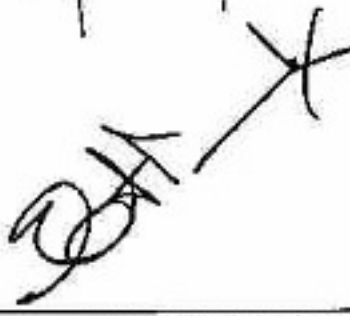
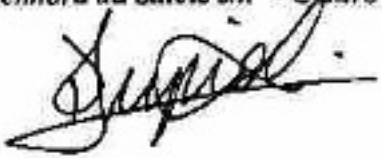
"Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Criança Feliz, com sede e foro no Município de Guaratuba, Estado do Paraná".

"Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação".

Sala das Comissões, em de de 2012.

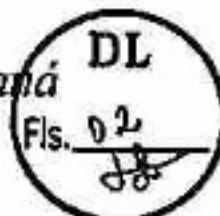

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DUZIO GENARI
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná




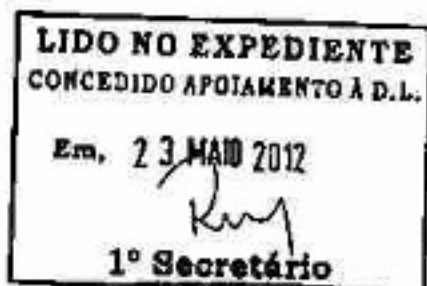
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

PROJETO DE LEI Nº

029/12



A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Súmula: Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Ministro JOÃO ORESTE DALAZEN.

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do TST (Tribunal Superior do Trabalho).

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23 de Maio de 2012.


DOUGLAS FABRÍCIO
Deputado Estadual

1526 23/05/2012 08:51:71 DT RECEBIDA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo homenagear o Exmo. Sr. Ministro João Oreste Dalazen, pelo relevante trabalho que desenvolveu em nosso Estado, e vem desenvolvendo em nosso país.

O Ministro João Oreste Dalazen nasceu em Getúlio Vargas (RS), em 12 de janeiro de 1953. Obteve graduação e pós-graduação em Direito, em nível de Mestrado, pela Universidade Federal do Paraná.

Foi procurador da Caixa Econômica Federal (1978/1980) e aprovado em primeiro lugar no concurso público para promotor de Justiça substituto no Estado do Paraná (1978), Juiz do trabalho substituto do Tribunal Regional do Trabalho – TRT 9ª Região (PR), de dezembro de 1980 a junho de 1982, foi promovido, por merecimento, ao então cargo de Juiz-Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ). Presidiu no Paraná, sucessivamente, as JCJs de Maringá (1982/1983), Guarapuava (1983/1986), e 4ª de Curitiba (1986/1993).

Presidiu a Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região em dois mandatos (1984/1985). Foi professor concursado da Faculdade de Direito da PUC/PR (1986/1989), professor assistente da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná e, atualmente é professor da Faculdade de Direito da UnB. Foi Juiz do TRT da 9ª Região (1993/1996), mediante promoção por merecimento. Ministro do Tribunal Superior do Trabalho a partir de julho de 1996 é autor da monografia "Competência Material Trabalhista" e de dezenas de artigos doutrinários. Foi corregedor-geral da Justiça do Trabalho no biênio 2007/2009. É membro nato do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). No dia 02 de março de 2009, tomou posse como vice-presidente do TST para o biênio 2009/2011.

Atualmente, desde o dia 02 de março de 2011, ocupa o cargo de presidente do TST, tendo sido eleito para o biênio 2011/2013.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 949/12

Projeto de Lei nº 229/12

Autor: Deputado Douglas Fabrício

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Ministro João Oreste Dalazen, DO Tribunal Superior do Trabalho.

EMBASAMENTO JURÍDICO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

(Redação dada pela Lei 16.213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela lei 16.213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela lei 16.213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela lei 16.213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela lei 16.213 de 17/08/2009)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela lei 16.213 de 17/08/2009)
Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.
(Redação dada pela lei 16.213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possua legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, entende-se pela Aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

Carto Quintana
vcs

DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Saíete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná